

Diário do Nordeste  
24/2/97 2  
170

## Diário do Nordeste

### OPINIÃO

Fortaleza, Ceará — Segunda-feira, 24 de fevereiro de 1997

Página 2

## José Cordeiro de Oliveira

### Escola para os índios

Estamos trazendo à discussão alguns ensinamentos corporificados, principalmente, nos regimentos das missões, ministrados aos índios pelos jesuítas no período de 1500 e até depois do ano de 1845, abrangendo inicialmente o Estado do Maranhão, cujo território se estendia do Ceará ao Amazonas.

O dito ensino para os índios, eivado dos mais diversos interesses, nunca alcançou estabilidade duradoura. Mercê das oscilações políticas, sempre dependeu das leis e pareceres de seus opressores, pendulando na alternância entre leis de escravidão e leis de liberdade dos índios, administração civil e administração religiosa das aldeias. Alternaram-se também situações de apoio aos missionários e de violenta perseguição seguida da sua expulsão.

O ensino orientado pelo colonizador, sempre submetido à burocracia estatal, reunia todos os interesses possíveis, desde os mais contraditórios, porque via na presa comum, o índio, a disponibilidade de mão-de-obra tão decisiva ao projeto de ocupação.

É importante ressaltar que a política indigenista era a chave da política do Estado e se utilizava do missionário como elemento intermediador e garantidor das relações de dependência. Sem índio subjugado não haveria Brasil, porque o país não tinha como ser defendido. Os colonizadores sabiam muito bem que os índios, além de numerosos, estavam em sua própria casa. Até mesmo para incorporar índios à organização militar, não dispensavam a presença religiosa.

Quem mais defendeu o ensino para os índios, naquela ocasião, foi o padre Antônio Vieira, superior dos jesuítas. Sua participação, deturpada depois, visava<sup>a</sup> proteger os valores que a vida dos índios representava, junto com aquilo que eles faziam na sua relação com o meio natural. Dizia o padre que não havia melhor educação para os índios que tratá-los bem, devolvendo-lhes a alegria de viver. Todavia isto não seria possível, caso as missões continuas-

sem impregnadas dos esquemas de poder, que se aproveitavam do dualismo político para melhor exercer a dominação. Neste sentido Vieira advertia à rainha e à Corte: "(...) Querem que aos ministros do Evangelho pertença só a cura das almas e que a servidão e cativoiro dos corpos sejam dos ministros do Estado". Tal dualismo, sob nova roupagem, perdura nos dias atuais quando da cisão feita por órgãos institucionais do Estado entre luta indígena e parecer antropológico, como se o primeiro não fosse decisivo na identificação étnica de grupos indígenas que desde a expulsão dos jesuítas não fazem outra coisa que esconder-se.

Pombal entra em cena. Descendente dos índios Tabajaras, através dos Cavalcantes dos quais descendia, importava-lhe igualar os índios aos portugueses, tornando a cultura patrimônio comum. A vontade de integrar o índio à "civilização" leva-o a afirmar que manter os índios nas matas distanciados, significava não querer a salvação de suas almas. O marquês traçara, em seu Diretório, o programa de civilização e cultura dos índios, que na verdade não passava de um violento roteiro de aculturação forçada, começando pela proibição de os índios utilizarem a própria língua. Ora, a língua própria dos índios chegou a ser considerada uma "abominável e diabólica" invenção, conta-nos Oscar Beozzo.

O instrumento de aculturação será a escola que se devia abrir obrigatoriamente em cada aldeia, com um mestre para os meninos e outro para as meninas. O conteúdo a ser trabalhado pela escola se orienta para a transformação dos índios de pescadores e caçadores, em agricultores e comerciantes. No contexto sobressai-se a cultura do algodão, visto como novo carro-chefe desta orientação, dado o interesse manifestado pela incipiente revolução industrial britânica. Ao lado do algodão é listado o tabaco, devendo os índios serem atraídos ao seu cultivo com a promessa de honrarias, empregos e privilégios. No modo de pensar europeu nenhum meio seria mais eficaz do que o comércio para conduzir à "completa felicidade".

Da Carta Régia endereçada ao governador e capitão general de São Paulo, de 5 de novembro de 1808, lê-se o seguinte: "Que não há meio algum de civilizar povos bárbaros senão ligando-os a uma escola severa, que por alguns anos os force a deixar e esquecer da sua natural rudeza, e lhes faça conhecer os bens da sociedade...". A pergunta que acode de imediato à mente, enfatiza Beozzo, é de que lado se situam a rudeza e a barbaridade.

A pergunta é atualíssima e útil aos dias de hoje.